



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
GESTÃO 2024-2026

REUNIÃO DA COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

INFORMAÇÕES GERAIS:

Data: 12/04/2024

Hora: 10h

Local/Modalidade: Sala de Convívium/Presencial

PRESENTES:

Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes - Presidente

Des. Antônio Fernando Araújo Martins

Des. Honório Gomes do Rêgo Filho

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Des. Demócrito Ramos Reinaldo Filho

Des. Paulo Roberto Alves da Silva

Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção – suplente

Alexandre Moraes Maia – Chefe de Gabinete Des. Demócrito Ramos Reinaldo Filho

Flábia Coelho – Gabinete Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Ione dos Santos Teixeira – Gabinete Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes

Ana Stival – Secretária das Comissões

PAUTA:

- Posse dos novos membros da Comissão para o biênio fevereiro/2024 a fevereiro/2026, conforme eleição realizada em 05.02.2024;
- Informações a respeito das competências da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania;
- Definição das estratégias para elaboração das ações.

INFORMES:

A servidora Ana Stival, recém nomeada Secretária das Comissões, acompanhará as reuniões segundo suas competências estabelecidas no art. 7º do Ato 427/2024.

DISCUSSÕES:

As discussões tiveram início com a assinatura do Termo de Posse dos novos membros da Comissão, sendo, na sequência, lido pelo Presidente da Comissão, Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Moraes, o artigo 63 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que dispõe sobre as competências da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Posteriormente, todos os componentes



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
GESTÃO 2024-2026

concordaram que a Comissão não deve se ater apenas às questões dos presídios e assim ser conduzida de forma ampliada, ou seja, que os Direitos Humanos e a Cidadania sejam para todos que sofrem suas violações, como por exemplo: pacientes que hospitais públicos que não tem a assistência necessária; Des. Honório Gomes do Rêgo Filho propôs realizar visita aos hospitais públicos para verificação das condições em que se encontram, sugestão aceita por todos os membros; em seguida falou-se também na necessidade do aumento do número de vagas nos presídios, tendo em vista a superlotação existente e finalizando o debate foi discutido a importância de cuidar de quem combate ao crime, sendo importante zelar pela saúde mental dos policiais. Após, encerrou-se a reunião.

DELIBERAÇÕES:

- Agendamento de visita a Hospital Público, a ser escolhido, para averiguação *in loco* das condições atuais;
- Agendamento de visita a Presídio, a ser escolhido, para averiguação *in loco* das condições atuais, conforme Recomendação do CNJ.